



ARGUMENTAÇÃO E ANÁLISE DO DISCURSO NA PERSPECTIVA DE O. DUCROT

Aníbal Alves

[anibal@ics.uminho.pt]*

Resumo

A investigação em comunicação social deu, desde os seus primórdios, grande relevo ao estudo das mensagens, como ilustra o largo recurso aos métodos e técnicas de “análise de conteúdo”. As limitações de ordem teórica e metodológica deste tipo de análise tal como, por exemplo, Berelson a definiu, não anulam a relevância dos objectivos de natureza científica e social que por ela se visavam. Comungando, de certo modo, desses mesmos objectivos, pensamos que os elementos de teoria semântica propostos por O. Ducrot nos oferecem bases sólidas para reconhecer, através da análise das mensagens linguísticas ou discursos correntes na interacção social, aspectos relevantes, tais como os valores sociais, inerentes às mentalidades, ideologias e cultura da própria sociedade. Privilegiando aqui a apresentação da teoria argumentativa de Ducrot, desenvolvem-se os seguintes passos: 1) concepção do discurso e do sentido e quadro terminológico; 2) natureza argumentativa do sentido, ao nível da língua e ao nível do discurso, especialmente dos *topoi* ou princípios argumentativos; 3) aproximação entre os *topoi* e os valores sociais. Em conclusão, o contributo de Ducrot, entre outros autores, para a renovação da retórica e da argumentação.

Palavras-chave: Análise de conteúdo, Argumentação, Discurso, Valores Sociais, Sentido-Significação.

Abstract

“Argumentation and discourse analysis, after O. Ducrot”

The study of messages has been granted a strong relevance in the beginnings of mass communication research, “content analysis” techniques being fairly well accepted at the time. The theoretical and methodological limitations of content analysis, as Berelson defined it, do not invalidate the importance of its objectives concerning the social knowledge that it primarily searched for. Because we agree with those objectives to a certain extent, we believe that the elements of semantic theory proposed by Oswald Ducrot offer solid grounds to acknowledge relevant features of society as far as mentalities (as well as ideologies and cultures) are concerned, by means of the analysis of current speech and linguistic messages present in social interaction. The present reflection will privilege the presentation of Ducrot’s argumentation theory along the following steps: 1) speech and meaning conception: definitions and terms; 2) the argumentative nature of meaning, at the level of linguistic structure as well as at the level of the speech, namely by means of the *topoi*; 3) *topoi* and social values. On balance, the original contribution of Ducrot is stressed, as well as the convergence of his thought with other modern authors, in order to point rhetoric’s and argumentation’s new advancements.

* Texto adaptado da lição para provas de agregação na Universidade do Minho, (1995). Aníbal Alves é Professor Catedrático de Ciências da Comunicação, no Instituto de Ciências Sociais daquela Universidade.

1. INTRODUÇÃO

A teoria da argumentação e a análise do discurso são aqui abordadas a partir do interesse pelo estudo das mensagens, o qual cedo constituiu importante linha de pesquisa na emergência da área de comunicação. No que nos diz respeito temos procurado, de modo geral e particularmente no que concerne a mensagem, relacionar os elementos e estruturas da comunicação com os elementos e estruturas sociais. Esse foi também "grosso modo", o desígnio que inspirou muitas investigações com recurso à chamada "análise do conteúdo" associada, designadamente, aos nomes de P. Lazarsfeld, H. Lasswel e B. Berelson¹. Comungando daquele desígnio de conhecimento da realidade social através do estudo e análise das comunicações, nós próprios procuramos aprender e exercitar a análise do conteúdo, na esteira dos referidos pioneiros. E foi a experiência das insuficiências e limitações teóricas e metodológicas da análise do conteúdo que nos levou a procurar mais sólidos fundamentos para a interpretação das mensagens, agora concebidas mais propriamente como discurso ou texto, pelos quais se realiza a humana comunicação. As deficiências da análise do conteúdo foram sublinhadas por diferentes autores,² incluindo o próprio Berelson. Mas pode dizer-se que o verdadeiro calcanhar de Aquiles da análise do conteúdo consistia na fragilidade teórica da concepção da linguagem e, portanto, da comunicação. A própria ideia de identificar, pela análise dos elementos da expressão, os elementos do sentido ou do conteúdo - *manifesto* e *objectivo* como se pretendia - tornava-se insustentável. Por outro lado, a conexão entre as variáveis textuais - as unidades ditas de conteúdo - e as variáveis do universo exterior aos textos (de ordem sociológica, psicológica ou outra) era sobretudo baseada em critérios de frequência e portanto de repetição, o que está longe de constituir um efeito de sentido isento de ambiguidade.

Esta foi a necessidade "experiencial" que nos levou a aprofundar a natureza e funcionamento da mensagem linguística e sobretudo a sua dimensão semântica. Os conhecedores da matéria sabem quão delicada é a tarefa, não só pela natureza do assunto mas pela amplitude do tratamento especializado que ele tem merecido nas últimas décadas. De todo o modo, trata-se de um percurso inevitável para quem persista, como era o nosso caso, no propósito de avançar no estudo da comunicação. Tornara-se bem claro para nós que qualquer tentativa de aprofundar o entendimento da comunicação humana que não passasse pela compreensão da linguagem e do discurso, era empresa previamente votada ao fracasso. *A contrario*, parecia-nos que o conhecimento da organização, das formas, das estruturas e do funcionamento da linguagem e do discurso era a via real para a compreensão da comunicação que nelas e por elas se

¹ B. Berelson et P. Lazarsfeld, *The Analysis of Communication Content*, Colombia Univ., N. York, 1948.

² Podemos recordar, por exemplo, P. Henri et S. Moscovici, "Problèmes de l'analyse de contenu", *Langages*, 11, Septembre, 1968, Didier, Larousse, pp. 26-60; A. Lévy, "L'Interprétation des discours", *Connexions*, 11, 1974, Épi, pp.43-62.

consoma. Na procura dos fundamentos teóricos da linguagem e da semântica havia de tomar lugar de relevo a obra de O. Ducrot, em especial a teoria argumentativa do discurso, que constitui o objecto principal do presente texto. Organiza-se este nos seguintes pontos:

- A concepção da linguagem, do discurso e do sentido.
- A teoria argumentativa do discurso.
- Os princípios argumentativos ou "topoi" e os valores sociais.

Em conclusão, o contributo particular de O. Ducrot.

2. UMA CONCEPÇÃO DA LINGUAGEM, DO DISCURSO E DO SENTIDO

2.1. COMUNICAÇÃO, LINGUAGEM E DISCURSO

Constituindo a comunicação objecto central do nosso estudo facilmente se compreenderá que insistamos em sublinhar a perspectiva comunicacional inerente à concepção da linguagem e do sentido em Oswald Ducrot. Na verdade, a dimensão comunicacional do acto linguístico posta em destaque pelo nosso autor, explicita simultaneamente a natureza do acto linguístico e a do acto de comunicação, assim ligados um ao outro no seu núcleo mais profundo. Na esteira, nomeadamente, de Émile Benveniste, que tão bem destacou o *lugar do homem na língua*³, Ducrot sublinha, de múltiplas maneiras, o enredo intersubjectivo da linguagem: o acto linguístico implica no seu próprio núcleo a relação ao outro.

Não se trata, de modo algum, de ver a linguagem como simples meio ou instrumento de comunicação no sentido de transferência de alguma coisa. Trata-se, sim, da própria relação humana, trata-se de reconhecer que o apelo e referência ao outro são inerentes à linguagem, ela própria meio-ambiente e meio-instrumento que permite aos homens conviver no seu permanente e inevitável debate. Em palavras do nosso autor: "a língua, independentemente das utilizações que dela podemos fazer, apresenta-se fundamentalmente como o lugar do debate e do confronto das subjectividades"⁴. A referência ao outro é, portanto, indispensável em toda a tentativa de interpretação da mensagem linguística. É que não há lugar mais próprio para encontrar o sentido humano do que a palavra - essa palavra que Aristóteles teria assinalado como definição específica de homem, o *animal que tem a palavra* (Zoón lógon éxon), sentido não manifesto na expressão mais corrente que define o homem como *animal racional*⁵.

³ Cfr. Título do capítulo V de *Problèmes de linguistique générale*, Gallimard, 1966, pp. 223, ss.

⁴ O. Ducrot, "Présupposés et sous-entendus", *Langue Française*, 4, (1969), Larousse, p. 43.

⁵ F.F. Mora, "Hombre", *Diccionario de Filosofía*, Alianza Editorial, Madrid, 1986, II Vol., p. 1548.

Todos aqueles que se dão ao estudo da linguagem têm clara consciência da multiplicidade de teorias e terminologias neste domínio, tão complexo por natureza, e que conheceu nas últimas décadas extraordinário crescimento e profunda renovação, não só no quadro das Ciências da Linguagem mas no campo mais geral das Ciências Humanas e Sociais. No entanto, não dispomos de nenhuma teoria adequada da linguagem e as concepções e terminologias são tão numerosas e diferentes que bem se justifica a metáfora de "selva oscura" referida pelo Prof. Vítor Aguiar e Silva numa passagem da sua *Teoria da Literatura* em que, precisamente, para obviar aquela confusão, nos faculta um quadro definicional rigoroso, amplo e esclarecedor⁶. É com idêntico propósito de evitar o marasmo que o Prof. Ducrot nos propõe, a título meramente convencional, o seguinte quadro terminológico que adoptamos neste trabalho⁷.

Distinguímos primeiramente dois planos de perspectiva sobre a linguagem: o plano *abstracto* da linguagem enquanto entidade permanente e idêntica que se repete nas suas múltiplas manifestações; e o plano *concreto* da linguagem realizada na fala observável. Os dois planos recebem designações diversas segundo os autores, sendo uma das mais comuns a que adopta os termos ingleses de *type* e de *token*, referidos respectivamente, às entidades do plano abstracto e às do plano concreto. Pela nossa parte, chamamos *discurso* a realização linguística observável na comunicação verbal e *língua* a construção abstracta formulada pelos linguistas para dar conta do discurso. Paralelamente a esta distinção e oposição, adoptamos outra que consiste em contrapor o *enunciado* à *frase*. O enunciado faz parte do discurso: é mesmo a sua unidade elementar. A frase é a construção abstracta dos linguistas que lhes permite falar dos enunciados acontecidos ou possíveis. Chamamos *sentido* ao efeito semântico do enunciado e *significação* ao conteúdo semântico da frase. Lembramos ainda que convém distinguir, na realização do enunciado, a realização enquanto resultado ou o acto produzido, a realização enquanto acontecimento, ou seja, aquilo que inscreve o acto na ordem fenomenal, e a realização, enquanto processo de produção do acto linguístico.

2.2. O SENTIDO É ARGUMENTATIVO

O processo mais esclarecedor, e mais cómodo, nesta matéria, no estado actual da pesquisa é o do contraste. De modo um pouco simplificado mas expressivo, pretendemos caracterizar o sentido rejeitando uma dupla dimensão que a concepção tradicional lhe confere. Contrariamente a esta concepção nós diremos: 1º o sentido não consiste na representação de uma realidade exterior ao discurso; 2º o sentido não resulta apenas da expressão de um sujeito mas de um jogo entre diferentes pontos de vista presentes

⁶ V. Aguiar e Silva, *Teoria da Literatura*, 5ª éd., Almedina, Coimbra, 1983, p. 565, Note 11.

⁷ Cfr. O. Ducrot, *Polifonia Y Argumentación*, Universidade del Valle, Cali, Colombia, 1988, p. 57; O. Ducrot, *Enciclopédia Einaudi*, "Enunciação", Imprensa Nacional, Lisboa, 1984, Vol.2, pp. 368, ss.

no enunciado. Vamos explicitar estes dois aspectos neste parágrafo e no seguinte: recusando o carácter representativo do sentido anunciaremos o seu carácter argumentativo; recusando o carácter monolítico do enunciado como expressão de um só sujeito, focaremos a sua natureza polifónica.

A teoria do sentido proposta por Ducrot opõe-se à teoria tradicional do sentido. De modo particular, ela opõe-se à concepção representativa do sentido. A teoria tradicional distingue habitualmente no enunciado três tipos de indicações: objectivas, subjectivas e intersubjectivas. Recorde-se, por exemplo, esta distinção em Karl Buhler⁸ e em Roman Jakobson⁹.

Consideremos o seguinte enunciado: *Pedro é inteligente*. Segundo a teoria tradicional, este enunciado contém um aspecto objectivo ou descritivo na medida em que descreve Pedro, contém um aspecto subjectivo (emotivo ou expressivo nos termos de Jakobson), enquanto exprime uma espécie de admiração por Pedro e também contém um aspecto intersubjectivo pois permite pedir (apelar) ao destinatário que tenha certo tipo de comportamento para com Pedro. Por vezes também se chama denotativo ao aspecto objectivo e conotativo ao aspecto subjectivo e intersubjectivo.

A esta teoria do sentido, Ducrot opõe a concepção do valor argumentativo do enunciado¹⁰ O carácter original ou primeiro do enunciado reside na sua argumentatividade, ou seja, na orientação que ele impõe ao discurso com os consequentes efeitos de ordem subjectiva e intersubjectiva. Assim, depois de ter dito "Pedro é inteligente", não poderei continuar o discurso dizendo, por exemplo, "portanto, ele não poderá resolver o problema". Direi antes: "Pedro é inteligente, logo poderá resolver o problema".

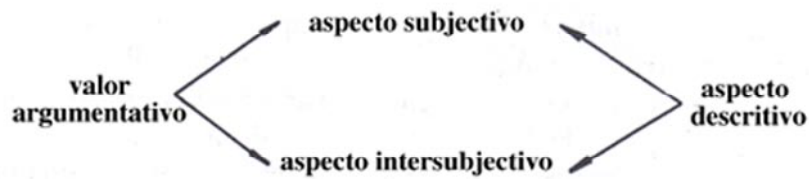
É este valor argumentativo que precede a representação da inteligência de Pedro. De tal modo que, quando digo "Pedro é inteligente", faço por certo uma descrição de Pedro, mas tal descrição está ligada à admiração subjectiva que Pedro desperta em mim; de tal modo que a inteligência de Pedro não significa nada sem esta admiração. O mesmo se passa relativamente aos aspectos intersubjectivos: dizer que Pedro é inteligente é, de modo inseparável, pedir ao interlocutor que se comporte de determinada maneira para com Pedro. Portanto, a descrição ou aspecto objectivo é feito através da expressão de uma atitude e de um um apelo do locutor ao interlocutor. Em resumo, o valor argumentativo engloba os aspectos subjectivos e intersubjectivos, através dos quais se constituem os aspectos objectivos. Toda a

⁸ K. Buhler, *Sprachtheorie*, Iena, 1934, cap. 2, (ref.por O.Ducrot, *Polifonia y Argumentación*, *op.cit.*, p.49).

⁹ R. Jakobson, *Essais de linguistique générale*, Ed. de Minuit, Paris, 1963, p. 263 ss.

¹⁰ O. Ducrot tratou a teoria da argumentação em diferentes obras, tais como, *Les échelles Argumentatives*, Minuit, Paris, 1980, *L'Argumentation dans la langue* (avec J.-Cl. Anscombe), Mardagas, Bruxelles, 1983, *Le Dire et le Dit*, Minuit, Paris, 1985. Para a presente reflexão tivemos especialmente presente o texto em Espanhol das conferências do Seminário "Teorias de la Argumentación y Análisis del Discurso" realizado pelo Prof. Ducrot na Universidade del Valle, em Cali Colômbia, 1988. Estas conferências foram publicadas pela referida Universidade del Valle, com o título *Polifonia y Argumentación*, Cali, 1990.

teoria da argumentação se destina a explicitar esta concepção argumentativa do sentido. Notemos, desde já, que esta concepção do sentido está de acordo com a polissemia da palavra "sentido" nas línguas românicas a saber: *significação e direcção*, acepções às quais correspondem em inglês, respectivamente, *meaning e direction*. Temos assim que, em francês como em português, falamos de sentido como *significado* da palavra, e de sentido como *direcção* de um percurso. É sobretudo esta ideia de orientação que está presente na noção de valor argumentativo.



O valor argumentativo do enunciado constitui também um critério prático para identificar um enunciado enquanto unidade do discurso, concebido este como sequência de enunciados. A questão pode colocar-se assim: como dividir o discurso nos seus enunciados? Ducrot propõe uma regra prática - embora a não julgue totalmente adequada - que consiste em operar apenas a divisão se dela não resultar alteração de sentido das partes segmentadas¹¹. Por exemplo: *faz calor lá fora, vamos passear*. Para alguns trata-se de dois enunciados. São principalmente aqueles analistas que se servem da noção de denotação e que pensam que a função principal do enunciado é comunicar informação. Para eles o primeiro segmento parece *conter* uma informação completa. Concluem daí que se trata de um enunciado completo que se deve separar do outro segmento, ele próprio outro enunciado. Ora não é assim na perspectiva da teoria da argumentação: pretende-se - e é ponto fundamental - que se trata de um único enunciado, porquanto o primeiro segmento é argumento para o segundo e perde-se o seu sentido ou valor semântico se o separarmos.

Aliás, pode demonstrar-se que, mesmo do ponto de vista informativo, não há dois enunciados, mas um só. É que a informação do primeiro segmento não é compreensível se não se conhece o segundo. Comparem-se os dois enunciados: a) *Faz calor lá fora, vamos passear*, b). *Faz calor lá fora, não vamos passear*. Importa notar que o primeiro segmento, *faz calor lá fora*, não tem o mesmo sentido em a) e em b) e portanto não dá a mesma informação. Não se trata do mesmo calor nos dois casos. Diremos que, de modo geral, numa sequência em que o primeiro segmento é argumento para o segundo, temos apenas um enunciado.

¹¹ O. Ducrot, *Polifonia y Argumentación*, op. cit., p.53.

2.3. O SENTIDO É POLIFÓNICO

Um primeiro traço característico da teoria da polifonia consiste em opor-se à ideia tradicional da unicidade do sujeito falante, ou seja, à ideia que no enunciado se expressa uma só pessoa. Contra tal ideia, a teoria polifónica da enunciação afirma que no mesmo enunciado estão presentes vários sujeitos com estatutos linguísticos diferentes. Assim, distingue-se o *sujeito empírico* que é o autor ou produtor do enunciado, o *locutor* que é o responsável do enunciado e é geralmente manifesto no enunciado, e o *enunciador ou* enunciadores que são os pontos de vista presentes no enunciado. Estes enunciadores não são pessoas ou agentes mas "pontos de perspectiva" abstractos (espécie de vozes, donde o termo de polifonia). O locutor pode ter em relação a eles diferentes posições. Procuremos exemplificar. Num anúncio publicitário recente, podia ler-se por cima da imagem de um atractivo automóvel: "Experimente-me". Quem é o produtor-sujeito empírico deste enunciado? E o seu locutor?

Vejamos outro exemplo. A cena passa-se num pequeno restaurante de luxo em Paris. A uma mesa encontra-se um cliente que tem por única companhia um cachorrinho "teckel". O dono do restaurante, julgando sua obrigação conversar com o solitário cliente, dirige-lhe a palavra: "suponho, senhor, que aprecia a excelente comida que até ao momento lhe temos servido. Sabe? É que o nosso cozinheiro é o antigo chefe do rei da Suécia". O cliente não responde e o dono continua: "vejo que escolheu um vinho de alta qualidade, como todos quantos o nosso escanção selecciona; é que tive a sorte de contratar o antigo copeiro da rainha de Inglaterra". Nenhuma resposta. Sem desanimar o dono prossegue: "Note, se os nossos criados são tão delicados, discretos, limpos, rápidos, é porque o nosso chefe de mesa esteve ao serviço do rei de Espanha". O cliente permanece mudo; o dono compreende que é prudente mudar de conversa e indicando o cachorrinho exclama: "Mas que lindo teckel o senhor tem!" De imediato, responde-lhe o cliente: "O meu teckel, senhor, é um antigo S. Bernardo"¹².

Temos neste enunciado um locutor claramente marcado pelo adjectivo possessivo *meu*. E há o ponto de vista, obviamente absurdo, segundo o qual o pequeno teckel seria um antigo S. Bernardo. Este ponto de vista que funda a ironia, não é do locutor mas sim o do dono do restaurante.

Sendo várias as perspectivas presentes no enunciado, todas têm de ser levadas em conta na sua interpretação. Assim, dar conta do sentido de um enunciado, consiste em fazer aparecer a enunciação como o confronto de várias vozes que se sobrepõem ou se respondem umas às outras. O responsável é o locutor, mas, a um nível mais profundo, o locutor põe em cena um diálogo entre vozes mais elementares

¹² O. Ducrot, *Polifonia y Argumentación*, op. Cit., p. 21.

(os enunciadores). A descrição de um enunciado¹³, ou a sua interpretação considerará entre outros os seguintes elementos:

1° **os enunciadores.** No enunciado apresentam-se vários *pontos de vista*: são os *enunciadores E*, ou seja, as origens dos pontos de vista. Os enunciadores não são agentes, não produzem propriamente nada; são apenas os suportes dos pontos de vista apresentados no enunciado. O responsável do enunciado é como sabemos, o locutor, como tal identificado no próprio enunciado. Portanto, o primeiro elemento do sentido do enunciado é a identificação dos pontos de vista.

2° **a posição do locutor.** O segundo elemento consiste na indicação da *posição* do locutor em relação aos enunciadores. Distinguem-se três posições:

a) *identificação.* É o caso da asserção. Ex: *Pedro veio.* O locutor identifica-se com o ponto de vista que apresenta a vinda de Pedro.

b) *aprovação ou acordo.* É o caso da pressuposição. Ex: *Pedro deixou de fumar.* O locutor aprova o ponto de vista pressuposto, "Pedro antes fumava", mas não se identifica com ele.

c) *rejeição.* Manifesta-se nos casos de negação e de humor.

3° **a assimilação.** Trata-se da assimilação de um enunciador com uma pessoa determinada (a pessoa x). Veja-se o exemplo da ironia, na história do cachorrinho "teckel": o enunciador suporte do ponto de vista irónico assimila-se ao dono do restaurante. Também se pode analisar como exemplo o seguinte enunciado: "Sim, está bom tempo mas doem-me os pés", enunciado de resposta a alguém que convida para dar um passeio, dado o bom tempo que faz.

3. A TEORIA ARGUMENTATIVA DO DISCURSO

Para chegar a poder dizer que *falar é argumentar*, que é o patamar teórico no qual pretendemos basear o nosso quadro de análise do discurso, Ducrot e seus colaboradores, com destaque para Jean-Claude Anscombe, percorreram um longo caminho. A questão está ligada, desde princípio, ao trabalho de concepção da linguagem e à definição dos seus traços específicos, comparando, por exemplo, certas estruturas e operadores da linguagem corrente com os elementos correspondentes das linguagens dos lógicos e dos matemáticos¹⁴. Nesta perspectiva, Ducrot e Anscombe elaboraram uma teoria *linguística* da argumentação¹⁵, procurando situá-la, ao nível da *língua*, reconhecendo embora a possibilidade da sua utilização ao nível da análise do *discurso*. Não há contradição entre estas duas perspectivas ou planos, como não há contradição nas sucessivas formulações da teoria da argumentação designadamente na sua

¹³ *Ibidem*, p. 66.

¹⁴ Cfr. O. Ducrot, *Titres et travaux*, École des Etudes en Sciences Sociales, Paris, 1986, p. 8, *passim*.

¹⁵ Ver nota 12.

forma "standard" e na sua *forma recente*, para usar as próprias designações do autor. Trata-se, sim, de dois momentos do mesmo projecto de esclarecimento do que *fazemos ao falar*. Nesta progressão, manifestam-se duas características do modo de trabalhar do Prof. Ducrot que gostaríamos de sublinhar.

Em primeiro lugar, a passagem da teoria "standard" à teoria recente¹⁶ mostra o cuidado do autor em articular a coerência teórica com a exigência de explicação para os fenómenos observados: enquanto linguista fiel ao princípio de pertinência estruturalista adoptado, segundo o qual a linguagem deve ser descrita em relação à linguagem, importava-lhe estabelecer a argumentatividade na própria *língua* ou na *frase*, ao nível do sistema, posto que não aceitava reduzi-la a simples facto de fala; enquanto linguista cuja tarefa teórica consiste em dar conta do *discurso* não podia deixar de se submeter às manifestações deste e ao imperativo de um contínuo confronto entre a *língua* e o *discurso*. Neste trabalho de ir e vir, Ducrot tomava afinal a atitude que elogiava em Emile Benveniste quando retoma a sua expressão de reconhecimento de uma certa prioridade do discurso em relação à língua: "*nihil est in lingua quod non fuerit prius in oratione*" (nada está na língua (sistema) sem primeiro ter estado no discurso)¹⁷.

Um outro traço característico do trabalho científico do nosso autor aparece também neste caminhar progressivo: trata-se da sua concepção da natureza dos fenómenos humanos e da natureza da sua explicação pelas ciências humanas. Aqueles fenómenos ou factos, pensa Ducrot, tal como outros autores em que nós incluiríamos S. Freud e M. Foucault, por exemplo, são "plurideterminados", ou resultantes de múltiplas causas, relações, influências, algumas das quais emergem apenas na sequência da prévia descoberta de outras. Assim sendo, a compreensão e explicação daqueles factos só se tornam viáveis através de análises diferentes e sucessivas. O investigador brasileiro Carlos Vogt, que trabalhou com o Prof. Ducrot, exprimia bem esta ideia com a seguinte metáfora: "os factos em ciências humanas são cebolas infinitas"¹⁸, ou seja, tal como as cebolas, têm camadas sobrepostas, mas em número infinito. A análise e a compreensão de uma abrem caminho à análise e compreensão de outra. É o que nos parece acontecer com a evolução da teoria argumentativa que passamos a expor, limitando-nos a dois pontos principais: a argumentação na língua (primeiro ponto) e a argumentação pelos "topoi" (segundo ponto).

3.1. A ARGUMENTAÇÃO É DETERMINADA PELA LINGUA?

Contra uma concepção tradicional ou ingénua da argumentação, a teoria da argumentação de Ducrot-Anscombe inscreve a argumentação na própria língua. Os autores designaram mesmo a sua concepção, num primeiro tempo, *teoria da argumentação na língua*.¹⁹

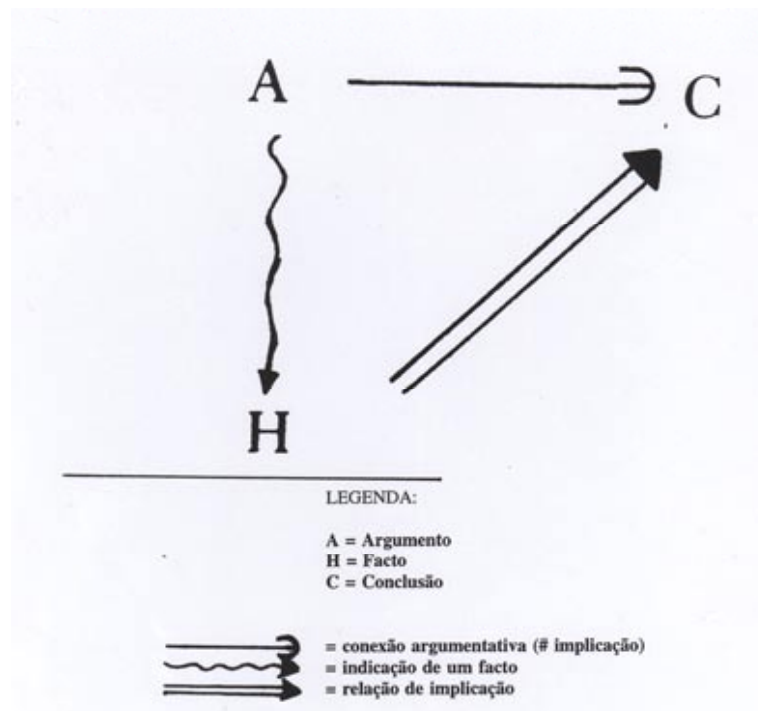
¹⁶ A passagem da forma "standard" à forma recente é justificada pelo autor in *Polifonia y Argumentación op. cit.*, p. 90, ss.

¹⁷ O. Ducrot, *Logique, structure, énonciation*, Paris, Minuit, 1989, p. 151.

¹⁸ Cfr. O. Ducrot, *Polifonia y Argumentación*, Universidade del Valle, Cali, Colombia, 1988, pp. 127.

¹⁹ *Ibidem*, p. 72.

A crítica à concepção tradicional pretende principalmente mostrar o papel restritivo que nela é reservado à língua. Segundo a concepção tradicional, a argumentação exige três condições. A *primeira condição* diz que o enunciado tem dois segmentos A (Argumento) e C (Conclusão). Por exemplo: *Está bom tempo, logo vamos passear*. A *segunda condição* diz que A (o argumento) indica um facto (H). Isto significa que A é susceptível de ser falso ou verdadeiro. É pois de tipo assertivo. Para além disso, A pode ser julgado falso ou verdadeiro independentemente de C, o que não é aceitável na teoria da argumentação na língua. A ilustração da teoria ingénua pode ser vista no facto corrente de perguntarmos ao adversário se está de acordo com o nosso argumento sem lhe manifestarmos a conclusão. Ex: *Está bom tempo, está de acordo?.. Então vamos passear!* Tenta-se, com base no acordo sobre o argumento, impor-lhe a conclusão. A *terceira condição*, na teoria ingénua, indica que a conclusão C pode inferir-se do facto (H), ou seja, estabelece uma relação de implicação entre o facto e a conclusão.



Nesta concepção, como se vê, o papel da língua é bem reduzido. Ela serve de suporte para expressar o facto H e para fornecer os conectores, *logo*, *com efeito*, *então*. Mas o movimento argumentativo escapa-lhe completamente. O laço de união entre o facto e a conclusão depende da lógica, da sociologia, do nosso conhecimento do mundo, mas não da língua.

Contra esta teoria ingénua, a teoria da argumentação inscreve a força argumentativa na própria língua. Para o mostrar, identificou na língua (em várias línguas), estruturas linguísticas que orientam o discurso para determinada conclusão, independentemente dos factos em causa. Veja-se o exemplo:

(1) *Pedro trabalhou pouco*

(2) *Pedro trabalhou um pouco*

Num contexto em que se admite que o trabalho leva ao êxito, as conclusões a partir de (1) vão em sentido negativo e a partir de (2) em sentido positivo. Os factos são os mesmos, mas a conclusão vai em sentido oposto. Outro exemplo pode ver-se no conhecido enunciado (1) *A garrafa está meio vazia* e no enunciado (2) *A garrafa está meio cheia*. O facto é o mesmo, a conclusão será sempre diferente.

Diremos, portanto, que a conclusão não se explica apenas a partir dos factos evocados mas sim pelas estruturas linguísticas utilizadas. As expressões da língua que têm por si mesmas valor argumentativo são designadas por Ducrot *expressões argumentativas*. Pode tratar-se de palavras "cheias" como por exemplo os adjectivos *económico* e *avarento*, palavras gramaticais como *pouco*, *mas*, *até*, a negação, etc.

3.2. A ARGUMENTAÇÃO PELOS "TOPOI"

A procura de soluções para dificuldades surgidas na teoria da argumentação na língua e o papel reconhecido aos "Topoi" levaram Ducrot a redefinir o sentido argumentativo. Diz-se que um enunciado é argumentativo sempre que ele contenha um enunciador (E) argumentativo. E o enunciador ou "ponto de vista" (E) é argumentativo se se cumprem duas condições: 1ª: o ponto de vista *E* serve para justificar uma determinada conclusão *r*; 2ª: o trajecto de *E* para *r* faz-se mediante um princípio argumentativo que se chama *topos*. Vejamos mais pormenorizadamente estas duas condições:

1ª *condição*: o ponto de vista *E* serve para justificar uma conclusão *r*. Recorde-se que o ponto de vista não é um acto do locutor mas uma perspectiva sobre um estado de coisas de que se fala no enunciado. É sobre esta perspectiva que se apoia a conclusão *r*²⁰. A conclusão pode ter vários *estatutos*: pode ser implícita ou explícita e pode ser assumida ou não pelo locutor. O que dá lugar a quatro possibilidades:

a) A conclusão está explícita e é assumida pelo locutor. Exemplo: *está bom tempo, vamos à praia*. A conclusão está explícita no enunciado e é assumida pelo locutor; a sua enunciação destina-se a convencer o interlocutor a ir a praia.

b) A conclusão não está explícita mas é assumida pelo locutor. Veja-se a resposta dada por B a A que lhe propõe ir ver um filme: *já o vi*. A conclusão ("não irei ao cinema") não está explícita mas é assumida pelo locutor e o enunciado destina-se a recusar o convite.

²⁰ O. Ducrot, *Polifonia y Argumentación, op.,cit.*, p. 99.

c) A conclusão não está explícita nem é assumida pelo locutor. Exemplo: *é certo que está um lindo dia, mas estou cansado* (resposta ao convite "está bom tempo, vamos passear"). A conclusão do primeiro segmento, "vamos passear", não está explícita no discurso nem é assumida pelo locutor. Este conclui pela recusa.

d) A conclusão *r* está explícita mas não é assumida pelo locutor. É o caso do enunciado irónico. Exemplo: numa discussão na televisão entre um representante do governo e um representante dos sindicatos, o primeiro insiste nas preocupações sociais do governo, ao que o segundo responde: "já que o governo tem tantas preocupações sociais, penso que vai aumentar os salários aos empregados". A conclusão está explícita mas não é assumida pelo locutor.

2ª condição: a segunda condição do enunciado argumentativo consiste em que a passagem de *E* (perspectiva ou ponto de vista) para *r* (a conclusão) se faz por meio de um princípio ou fundamento a que se chama *topos*²¹. Tomou-se, alterando-lhe a acepção, o termo de Aristóteles para quem os *tópoi* eram os argumentos possíveis para o orador²².

O *topos* é o terceiro termo ou o termo médio que justifica a passagem do argumento para a conclusão. Desde sempre conhecido na retórica, o *topos* foi recentemente valorizado designadamente pelo autor americano Toulmin sob o nome de "warrant" ou seja, garante. Vejamos como se caracteriza o *topos*.

O *topos* tem três características: *é comum, é geral e é gradual*. Explicitando:

1) **O *topos* é comum.** Significa isto que o *topos* é partilhado, ou apresentado como sendo partilhado, por uma colectividade da qual faz parte a pessoa assimilada ao enunciador. O *topos* é um lugar comum ao enunciador e a outras pessoas. A pessoa assimilada ao enunciador pode ser o locutor ou outra pessoa ou a colectividade (caso de alguns provérbios).

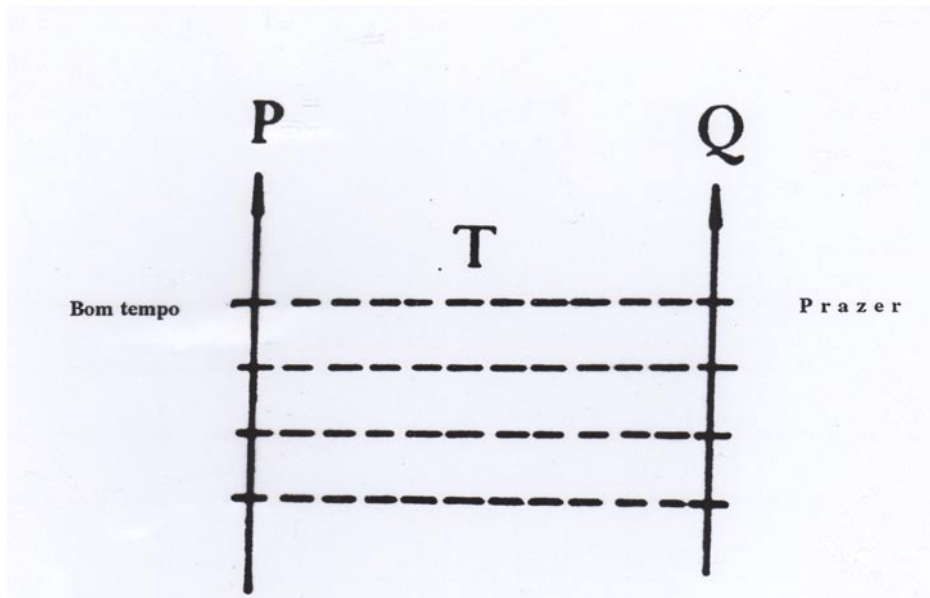
Exemplo: *Faz bom tempo, vamos à praia*. Quando se enuncia este enunciado dá-se a entender que a crença segundo a qual o bom tempo torna a praia agradável é um ponto assente. Ou seja, agimos como se esse princípio não fosse inventado por nós, mas antes, como se preexistisse. Aí está o carácter coercivo da argumentação. A conclusão torna-se necessária porque baseada numa crença partilhada por uma multidão de pessoas.

²¹ *Ib.*, p. 102.

²² "Os *tópicos*" constituem um dos livros do chamado "Órganon" que reúne as obras lógicas de Aristóteles. Os *Tópicos* tratam da dialéctica como ciência do raciocínio a partir de proposições conformes à opinião comum e visando, não a demonstração, mas a adesão do auditório. Assim, segundo alguns comentadores, os *Tópicos* desempenhariam uma espécie de complemento dos *Analíticos*, livro que os precede e é consagrado ao raciocínio demonstrativo ou lógica formal. Ver, designadamente, o comentário de Ch. Perelman, *O Império Retórico*, Ed. Asa, Porto, 1993, cap., I, (Trad. de *L'Empire rethorique*, Vrin, Paris, 1977).

2) **Segunda característica: o topos é geral.** Isto quer dizer que o princípio utilizado para argumentar é apresentado como válido não só na situação de que se fala no momento mas também numa infinidade de situações análogas. Voltando ao exemplo do banho na praia: ao dizer "faz bom tempo, vamos à praia", não só digo que o bom tempo de hoje torna o banho agradável hoje, mas estou a dizer ao mesmo tempo que o bom tempo é sempre factor de prazer de um banho na praia. Isto significa que argumentar consiste em integrar sempre o estado de coisas de que se fala numa categoria mais geral, categoria para a qual é válido o topos utilizado.

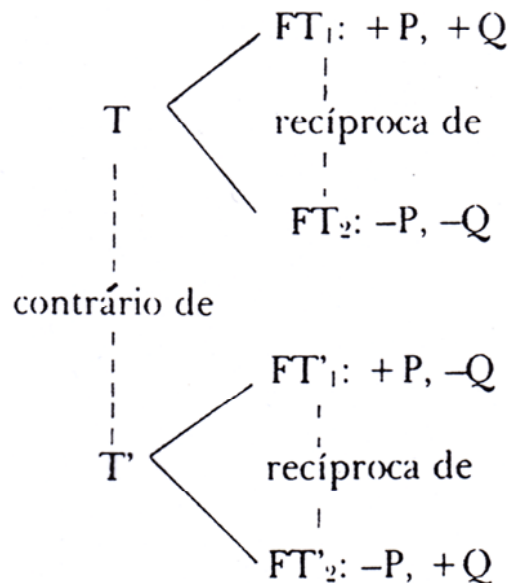
3) **Terceira característica: o topos é gradual.** Em que consiste a gradualidade? A gradualidade consiste em duas coisas: a primeira é que ela põe em relação *duas propriedades graduais*, ou seja duas escalas. Um topos T põe em relação uma escala anterior P com uma escala posterior Q , ou um antecedente P com um conseqüente Q . Exemplo: *Faz bom tempo, vamos à praia*. Aqui o topos põe em relação a escala do "bom tempo" com a escala do "prazer". Convirá distinguir escalas e propriedades que o topos põe em relação, e os predicados do segmento argumento e do segmento conclusão.



A gradualidade compreende um segundo elemento: as escalas graduais são por sua vez relacionadas através de uma relação que *é também ela gradual*²³. Isto significa que a cada grau na escala antecedente corresponde um grau na escala conseqüente; e que a escala pode ser percorrida em ambos os sentidos. O topos estabelece um conexão entre uma determinada direcção do trajecto da escala anterior e uma determinada direcção da escala posterior.

²³ *Ib.*, p. 107.

Como aquela conexão pode variar também o topos pode manifestar-se sob diferentes *formas tópicas*²⁴. Retomemos o nosso exemplo *está bom tempo, vamos à praia*, com as escalas do calor e do prazer. Com estas escalas podemos construir dois topos: T e T' percurso às duas escalas, ou seja, o calor é fonte de bem estar. Mas este topos pode aparecer sob duas formas recíprocas: a mais calor corresponde mais bem estar (forma tópica: FT₁:+P,+Q) ou a menos calor corresponde menos bem estar (forma tópica: FT₂-P,-Q). Ao contrário de T, T' *opõe* o calor ao bem estar, ou seja é o inverso de T. Por sua vez, T' pode também ter duas formas recíprocas: a mais calor corresponde menos prazer (FT'₁:+P,-Q), a menos calor corresponde mais prazer (FT'₂:-P,+Q).



Sem detalhar mais, o que seria conveniente sobretudo em relação à aplicação das formas tópicas e a sua ligação aos enunciadores, tentemos concluir este breve resumo sobre os topoi. Que são eles para o argumentador? Recorrendo a palavras de Ducrot, diremos: "(o argumentador) em primeiro lugar escolhe um topos; em segundo lugar, situa o estado de coisas de que fala num certo grau da escala antecedente do topos"²⁵. O argumentador evoca um topos sob uma das suas formas. É esta aplicação da forma tópica que Ducrot chama a "apreensão argumentativa da situação", apreensão que concebe como a função discursiva fundamental: "discursar sobre um estado de coisas, é antes de mais, aplicar-lhe formas tópicas, fazê-lo entrar em formas tópicas"²⁶.

Explicitada a natureza argumentativa do "topos" e a sua presença no discurso, passemos à consideração sobre os valores sociais e à sua conexão com os "topoi" ou princípios argumentativos.

²⁴ *Ib.*, p. 129.

²⁵ *Ib.*, p. 109.

²⁶ O. Ducrot, "Topoi et Formes Topiques", *Bulletin d'Études de Linguistique Française*, nº 22, 1988, p. 5.

4. DISCURSO E VALORES SOCIAIS

O objectivo do nosso estudo da teoria da argumentação não visava apenas um maior conhecimento da semântica linguística. O nosso fito, como dissemos, era o conhecimento da sociedade através do conhecimento dos seus valores manifestados nas mensagens/discursos da comunicação social. E é precisamente para alcançarmos este fim que a teoria da argumentação abre caminho.

Importa pois precisar o ponto de articulação entre o objecto da nossa pesquisa - os valores sociais nos discursos da comunicação social - e a teoria argumentativa do discurso. Os "topoi" constituem, pensamos nós, aquele ponto de articulação.

4.1. VALORES E SOCIEDADE

A pertinência da nossa perspectiva de abordagem da sociedade designadamente na sua faceta e parte que é a comunicação social, através dos valores sociais ou colectivos, não vai ser aqui desenvolvida. É sobejamente reconhecido, independentemente das teorias sobre os valores, por um grande número de sociólogos e/ou antropólogos, que os valores constituem, juntamente com as normas, o principal fundamento da acção social e designadamente da construção e reprodução sociais. Tratando-se de um fundamento da própria sociedade facilmente se compreende que esta constitua e desenvolva sistemas e processos de permanente formulação e inculcação dos valores. Homenageando R. Linton e o seu trabalho neste domínio, bem podemos reconhecer nos valores o fundamento cultural da sociedade tal como o são da personalidade. Não se trata, neste fundamento, apenas de uma origem, mas sim de um princípio de acção contínua que enforma, sob diferentes modalidades, as estruturas e comportamento sociais. Mas é patente que o trabalho de formação e renovação da sociedade e das culturas é um processo de comunicação que encontra um modo particular de realização neste campo que designamos por comunicação social. Nos discursos que nesta se trocam, sob a multiplicidade de estratégias, projectos e ilusões, manifestam-se os valores que nos interessa conhecer como forma de conhecermos a própria sociedade. Ora estes valores sociais não podem deixar de estar intimamente associados aos "topoi" ou princípios argumentativos relevados na teoria argumentativa do discurso.

4.2. VALORES SOCIAIS E "TOPOI"

A fundamentação cabal da conexão entre os valores sociais e os topoi exigiria uma teoria adequada de uns de outros de que não dispomos nem podemos agora tratar. No entanto, para reconhecer a sua proximidade e até coincidência, será bastante sublinhar que os traços específicos dos topoi se

encontram também nos valores sociais. De modo simplificado, diríamos que o que constitui a argumentatividade ou a força imperativa do topos é o que constitui a força imperativa do valor social. Tal como o topos, o valor social é, por definição, *comum* a uma comunidade, (mesmo que não seja total e unanimamente aceite) e é *geral*, ou seja, aplica-se a uma multiplicidade de situações; ao carácter *gradual* do topos pode, pelo menos, associar-se o carácter *polar* do valor/anti-valor e a sua gradualidade nos aspectos da realização e da adesão que alcançam.

Estes traços permitem-nos estabelecer uma conexão entre topoi e valores sociais capaz de nos levar dos primeiros aos segundos. É esta aproximação entre os valores e os topoi que reconhecemos expressa por Ducrot quando comenta a relação entre ideologia e língua. Sendo certo que a língua, como tal, não é nem pode ser ideológica, afirma o nosso autor: "penso que a língua é feita para uma sociedade que contém uma ideologia, e que ela se adapta a esta ideologia que funciona graças a ela"²⁷.

Assim a ideologia ou seja, no nosso caso, os valores, são identificáveis pela análise do discurso que a teoria argumentativa permite definir na base dos elementos desenvolvidos nesta exposição e designadamente dos seguintes:

- o sentido argumentativo do enunciado como critério da segmentação do discurso concebido como sequência de enunciados;
- o sentido plural (polifónico) do enunciado com a distinção dos sujeitos e dos enunciadores (ou pontos de vista) e as relações entre eles;
- o sentido argumentativo realizado através dos topoi em suas respectivas formas tópicas;
- a conexão entre os topoi e a ideologia ou os valores.

5. CONCLUSÃO

Pensamos, efectivamente, que o quadro de análise delineado nos proporcionará uma compreensão e interpretação aprofundadas do discurso, não apenas no âmbito da comunicação social, mas de todo o discurso argumentativo, o qual tende a surgir, sempre que falamos. Como Ducrot exprime: "embora, quando falamos, pensemos dizer o que as coisas são, na realidade, contentamo-nos com colocá-las ao serviço das nossas argumentações. Falar é construir, e tentar impor aos outros, uma espécie de apreensão argumentativa da realidade"²⁸.

O importante contributo dos trabalhos do Prof. Ducrot para o avanço do conhecimento da linguagem, do discurso e da comunicação é largamente reconhecido pela comunidade científica. Também o testemunhamos pela nossa parte, com a necessária modéstia, pois temos consciência da nossa

²⁷ O. Ducrot, *Polifonia y Argumentación*, op. citp, p. 151.

²⁸ O. Ducrot, *Polifonia y Argumentación*, op.,cit., p. 14.

incapacidade para estabelecer qualquer balanço da sua obra e da sua contribuição específica para a Linguística, para as Ciências da Linguagem e para a reflexão contemporânea. Pudemos observar no nosso estudo relações, convergências e divergências entre o Prof. Ducrot e outros autores no tratamento de idênticos temas.

Entre estes temas gostaríamos de evocar apenas um, **a argumentação**, o qual suscitou nos últimos tempos vivíssimo interesse e grande número de trabalhos por parte das diferentes disciplinas das Ciências Humanas e Sociais e, em geral, da reflexão social, cultural e política. Importa-nos sublinhar, particularmente, a enriquecedora influência dos estudos da argumentação e da retórica na compreensão da comunicação humana e, designadamente, da valorização da sua estrutura básica, ou seja, a relação intersubjectiva inerente à fala, o quadro próprio do encontro entre os homens, espaço e lugar em que eles prosseguem seus debates, fazem e desfazem consensos e controvérsias. A esta controvérsia se referia o grande renovador da retórica, Chaim Perelman nesta passagem: "toda a actividade espiritual que se situa entre o necessário e o arbitrário só é razoável na medida em que se baseia em argumentos e, eventualmente, em *controvérsias* que normalmente não conduzem à unanimidade"²⁹.

Alguma convergência de Perelman e de Ducrot no interesse pela argumentação não fará esquecer importantes diferenças entre os dois no respeitante à própria concepção da argumentação e à relação desta com a filosofia³⁰.

Sublinhámos a *controvérsia* na expressão citada porque é, finalmente, sobre o carácter polémico do discurso, relevado por Ducrot que vamos terminar. É que, paradoxalmente, descobrimos nesse traço, uma característica inerente à relação humana. Com efeito, no debate intersubjectivo que é o discurso, nem as coisas de que se fala, nem os princípios argumentativos invocados para falar delas, têm um estatuto representativo de um mundo exterior à linguagem. O que nem por isso põe em causa, nem a realidade do mundo nem a influência da linguagem sobre o mundo. O que assim ganha significado e nos apraz sublinhar é que as relações humanas tecidas no discurso não são nem o resultado nem o reflexo de uma realidade prévia e exterior ao discurso. São, antes, devidas, tal como o sentido, à criação dos próprios interlocutores. E é assim que, *relacionar-se e/ou fazer sentido* - quer criando-o quer interpretando-o - aparece como tarefa exigente e delicada, não necessariamente confortável e cujo resultado é incerto. Nem podia ser de outro modo, se aceitarmos que fazer sentido não é sujeição às coisas, mas sim movimento criador e expressão da liberdade, da mesma liberdade que impele o homem a construir a realidade social e, com ela, a sua própria realidade.

²⁹ Ch. Perelman, *O Império retórico*, Asa, Porto, 1933, p.170; (trad. de *L'empire réthorique*, Vrin, Paris, 1977).

³⁰ Cfr. O. Ducrot, *Polifonia y Argumentación*, op. cit., p. 179.

Bibliografia

- Aguiar e Silva, V., *Teoria da Literatura*, 5 éd., Almedina, Coimbra, 1983.
- Aristote, *Organon*, V, *Les Topiques*, Traduction par J. Tricot, Vrin, Paris, 1990.
- Benveniste, É., *Problèmes de linguistique générale*, Gallimard, 1966.
- Berelson, B. et P. Lazarsfeld, *The Analysis of Communication Content*, Columbia Univ., 1948.
- Buhler, K., *Sprachtheorie*, Iena, 1934.
- Ducrot, O., “Enunciação”, *Enciclopédia Einaudi*, Imprensa Nacional, Lisboa. 1984.
- Ducrot, O., (En collaboration), *Les Mots du discours*, Minuit, 1981.
- Ducrot, O., “Le Structuralisme en linguistique”, *Qu’est-ce que le structuralisme*, Seuil, 1968.
- Ducrot, O., “Pré-supposés et sous-entendus”, *Langue Française*, 4, (1969), Larousse.
- Ducrot, O., “Topoi et Formes Topiques”, *Bulletin d’Études de Langue Française*, 22, 1988.
- Ducrot, O., *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, (en collaboration avec Tzvetan Todorov), Seuil, 1979.
- Ducrot, O., *L’argumentation dans la langue* (avec J.- Cl. Anscombe), Mardaga, Bruxelles, 1983.
- Ducrot, O., *Le dire et le dit*, Minuit, 1985.
- Ducrot, O., *Les échelles argumentatives*, Minuit., 1980.
- Ducrot, O., *Logique, structure, énonciation*, Paris, Minuit, 1989.
- Ducrot, O., *Polifonia v Argumentación*, Universidad del Valle, Cali, Colombia, 1988.
- Ducrot, O., *Titres et travaux*, École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris, 1986.
- Henri, P. et S. Moscovici, “Problèmes de l’analyse de contenu”, *Langages*, n° 11, Septembre, 1968, Didier, Larousse.
- Jakobson, R., *Essais de linguistique générale*, Ed. Minuit, Paris.
- Lévy, A., “L’Interprétation des discours”, *Connexions*, n° 11, 1974, Epi.
- Mora, F. F., “Hombre”, *Diccionario de Filosofía*, Alianza Editorial, Madrid, 1986.
- Perelman, Ch., *L’Empire rhétorique*, Vrin, Paris, 1977.

Braga, Universidade do Minho, 01 de Fevereiro de 2001

Aníbal Augusto Alves